

# LEI N.º 1.037/2001, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2001

**"Estima a Receita e fixa Despesa do Município de Coxim-MS, para o exercício de 2.002".**

Oswaldo Móchi Júnior, Prefeito Municipal de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul, usando de suas atribuições que lhe confere a Lei.

Faz saber que a Câmara Municipal de Coxim-MS, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Coxim-MS, para o exercício financeiro de 2.002, estima a receita e fixa as despesas em igual valor de R\$ 24.053.517,04 (Vinte e quatro milhões, cinquenta e três mil, quinhentos e dezessete reais e quatro centavos) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

**Art. 2º** - A Receita decorrerá da arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

## **1. RECEITA DO TESOURO**

### **1.1 RECEITAS CORRENTES**

-Receita Tributária	R\$ 1.426.031,69
-Receita Patrimonial	R\$ 51.464,39
-Transferências Correntes	R\$ 16.119.373,19
-Outras Receitas Correntes	R\$ 954.112,59

<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 18.350.981,86</b>
--------------	--------------------------

### **1.2 RECEITAS DE CAPITAL**

-Operação de Crédito	R\$ 10.888,80
-Alienação de Bens	R\$ 129.851,32
-Amort. De Empréstimos	R\$ 7.469,04
-Transferências de Capital	R\$ 6.834.000,00
-Outras Receitas de Capital	R\$ 38.905,32

<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 7.021.114,48</b>
--------------	-------------------------

<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>R\$ 25.572.096,34</b>
-----------------------	--------------------------

### **1.3 REDUTORES**

I.C.M.S.	R\$ 627.326,70
F.P.M.	R\$ 866.552,85
LEI KANDIR	R\$ 24.699,75

<b>TOTAL REDUTORES</b>	<b>R\$ 1.518.579,30</b>
------------------------	-------------------------

<b>TOTAL LIQUIDO</b>	<b>R\$ 24.053.517,04</b>
----------------------	--------------------------

**Art. 3º** - A Despesa total do Orçamento ascende a R\$ 24.053.517,04 (Vinte e quatro milhões, cinqüenta e três mil, quinhentos e dezessete reais e quatro centavos) importando o Orçamento Fiscal em 16.498.663,24 (Dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos) e o Orçamento de Seguridade Social em R\$ 7.554.853,80 (Sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e cinqüenta e três reais e oitenta Centavos).

**Art. 4º** - A Despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:

## **DESPESA**

### **DESPESA POR CATEGORIA ECONOMICA**

-Despesas Correntes	R\$	15.296.716,58
-Despesas de Capital	R\$	8.714.000,00
-Reserva de Contingência	R\$	42.800,46

<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>24.053.517,04</b>
--------------	------------	----------------------

### **I - DESPESAS POR ÓRGÃOS**

#### **- PODER LEGISLATIVO**

0100 Câmara Municipal	R\$	884.148,00
-----------------------	-----	------------

#### **II - PODER EXECUTIVO**

2000 Gabinete do Prefeito	R\$	709.000,00
3000 SEINFRA	R\$	7.361.000,00
4000 Secr. Mun. De Promoção Social	R\$	2.974.658,00
5000 Secretaria Municipal de Saúde Púb.	R\$	5.716.813,80
6000 Secretaria Mun. de Educação	R\$	4.054.911,76
7000 Secretaria Municipal de Gestão	R\$	2.310.185,02
8000. Reserva de Contingência	R\$	42.800,46

**TOTAL DA DESPESA COM RECURSOS DO TESOIRO    R\$ 24.053.517,04**

**Art. 5º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

**I** - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% ( vinte por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas nos incisos I a III do Art. 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964.

**II** - realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita, conforme permissão contida no parágrafo 8º do Art. 165 e dentro dos limites estabelecidos no inciso III do Art. 167 ambos da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Fica autorizado e não será computado para efeito do limite no inciso I deste artigo a abertura de créditos suplementares:

**I** - para atender despesas com pessoal com encargos sociais.

**II** - à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito autorizadas por Lei:

**III** - à conta de recursos transferidos da União e do Estado sob forma de auxílios, convênios ou subvenções.

**Art. 6º** - Em decorrência do disposto no artigo 66 e seu parágrafo único, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais de controle as dotações atribuídas as diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais, de uma para outra unidade.

**Art. 7º** - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2.002, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de Dezembro de 2001

---

OSWALDO MOCHI JÚNIOR  
Prefeito Municipal